

➤ **CONTRATAÇÃO:**

**7 PROCEDIMENTO CPR/AQ/03/22/DCP – AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES –
LOTE 1:**

Do **DMG-Divisão de Contratação Pública**, submetendo para ratificação a decisão do Sr. Presidente da Câmara de 17 de junho de 2022, segundo a qual adjudica e aprova, nos termos do disposto no nº 3 do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a minuta do contrato nº CPR/AQ/03/22/DCP- Aquisição de Serviços – Aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuada, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado, tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

Parecer

Propõe-se a aprovação pelo Sr. Presidente das propostas constantes desta informação.

A chefe da DCP,

Despacho

Despacho: Adjudico e aprovo a minuta do contrato anexa a esta informação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Deve, nos termos da norma anteriormente referenciada, ser a presente decisão submetida a ratificação do órgão executivo, na sua próxima reunião

O Presidente da Câmara

(Ricardo Rio)

1. Informação

Data

15/06/2022

Autor	Nome	Carreira/Cargo
-------	------	----------------

2. Dados Procedimento

N.º Procedimento	Preço base (s/ IVA)	Preço adjudicado (s/ IVA)	Prazo execução
CPR/AQ/03/22/DCP	1.610.316,04€	1.498.989,92€	Até junho de 2023

Objeto Aquisição de refeições escolares – Lote 1

CPV 15894210-6 - Refeições para escolas

Projeção Plurianual da Despesa (valores s/IVA)

Ano 2022	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Seg.s	TOTAL
562.121,22 €	936.868,70 €	-	-	-	1.498.989,92 €

3. Propostas de aprovação

- Decisão de adjudicação (76.º);
- Redução do contrato a escrito (94.º);
- Aprovação da Minuta do contrato a escrito (98.º);
- Relatório Final (124.º).

4. Órgão competente

Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

5. Abertura do procedimento

Por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Braga, de 30 de maio de 2022 foi autorizada a abertura do procedimento.

6. Apresentação de propostas

No dia 07 de junho de 2022, procedeu-se à abertura das propostas apresentadas pelas seguintes entidades:

As propostas estão abertas.

A abertura das propostas foi formalizada por Joana Sampaio em 2022-06-07 09:15:16, tendo-lhe sido associado um selo temporal.

501426230 - ICA - Indústria e Comércio Alimentar, S.A.

500347506 - Eurest Portugal Lda

500126623 - Gertal - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A.

501323325 - Uniself - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.

7. Análise, avaliação e ordenação das propostas apresentadas

No dia 07 de junho de 2022, o júri do procedimento reuniu para analisar e avaliar as propostas apresentadas e elaborar o relatório preliminar, o qual foi submetido a audiência prévia, pelo prazo de 3 (três) dias úteis, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede.

8. Proposta de adjudicação do júri

De acordo com o relatório final, de 15 de junho de 2022, o júri deliberou, por unanimidade, propor a adjudicação da proposta à empresa UNISELF - SOCIEDADE DE RESTAURANTES PÚBLICOS E PRIVADOS, S.A.

9. Caução

1. O adjudicatário será notificado da adjudicação, sendo-lhe, simultaneamente, fixado um prazo de 10 dias, para prestar a caução, sob pena de a adjudicação caducar, de acordo com o disposto no n.º 2, alínea b) do artigo 77.º e no artigo 90.º do CCP.
2. A caução, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, de montante correspondente a 5%, nos termos do artigo 89.º, n.º1, do CCP, do preço total do contrato.

3. Poderá ser prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem da entidade adjudicante nos termos do modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa de Concurso, que dele faz parte integrante;
4. Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos do modelo constante do **Anexo IV** ao presente Programa de Concurso, que dele fazem parte integrante.
5. A liberação da caução ocorrerá na devida proporção anual do cumprimento das obrigações contratuais.
6. Não é exigida a prestação de caução desde que o adjudicatário, no prazo correspondente, apresente seguro da execução do contrato a celebrar [ou declaração de assunção de responsabilidade solidária] emitido nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do CCP.

10. Redução do Contrato a escrito

10.1 Exigível

Fundamentação de Direito	De acordo com o disposto no artigo 94.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP, é exigível a redução do contrato a escrito, "quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual exceda os 10.000,00€.
Fundamentação de Facto	No caso concreto, o preço contratual é de 1.498.989,92€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo que é exigível a redução do contrato a escrito.

10.2 Prazo de Suspensão

10.2.1 Não Aplicável

Fundamentação de Direito	<p>O prazo de início da execução do contrato (prazo de suspensão) nunca pode ser inferior a 10 dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação (n.º 4 do artigo 95.º e n.º 2 do artigo 104.º CCP). Exceto quando:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) Não tenha sido publicado anúncio do procedimento no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE); b) Se tratar de contrato celebrado ao abrigo de um Acordo Quadro, cujos termos abranjam todos os seus aspetos ou que tenha sido celebrado apenas com uma entidade; c) Tenha sido apresentada apenas uma proposta.
---------------------------------	--

Fundamentação de Facto	No caso concreto, o procedimento não foi publicado no JOUE, uma vez que foi adotada a <u>Consulta Prévia – Acordo quadro</u> , pelo que o prazo de suspensão não é aplicável.
-------------------------------	---

11. Outorga do Contrato

Nos termos do n.º 5 do art.º 106.º do referido diploma compete ao Presidente da Câmara Municipal, no exercício de competência própria, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, a representação do Município de Braga na outorga do contrato.

12. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

Face ao disposto na alínea j), n.º 1, art.º 115.º do CCP, alterado pelo D.L. 278/2009, de 2 de outubro, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação foi fixado no nº XX do convite (**5 dias após a notificação da adjudicação**).

13. Compromisso N. Seq: 85817**14. Anexos**

- a) Relatório Final;
- b) Minuta de Contrato.

15. Assinatura

RELATÓRIO FINAL

elaborado nos termos do artigo 124.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atualizada

1. Referência do Procedimento

Consulta Prévia/Acordo Quadro n.º CPRAQ/03/22/DCP

2. Objeto

Aquisição de refeições escolares – Lote 1.

3. Designação do Júri

Órgão competente: Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio

Data Despacho: 30/05/2022

Habilitação: Nos termos do artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do DL n.º 197/99, de 8 de junho, é competência da Câmara Municipal autorizar despesas de valor superior a 748.196,85€.

A Câmara Municipal é competente para aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa lhe caiba, nos termos do artigo 33.º, n.º 1 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

4. Membros do Júri

Designados	Função			Participantes no Relatório
	Presidente	Membros		
		Efetivo	Suplente	
	✓			✓
		✓		✓
		✓		✓
			✓	
			✓	
			✓	

5. Audiência prévia

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 123.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o relatório preliminar, tendo fixado o prazo de 3 (três) dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia, não tendo nenhum dos concorrentes se pronunciado, nesta sede. Assim, nesta conformidade, o júri deliberou manter o teor, as conclusões e ordenação do relatório preliminar.

6. Proposta de adjudicaçãoPreço Base: **1.610.316,04€**

N.º	Concorrentes	Valor contratual s/IVA
1	UNISELF - SOCIEDADE DE RESTAURANTES PÚBLICOS E PRIVADOS, S.A.	1.498.989,92€

5. Deliberações tomadas por:

Unanimidade	Maioria
Todas	-

6. Justificação do voto contra

Não Aplicável

7. Anexos

a. Relatório preliminar.

8. Data

15/06/2022

9. Assinatura

O júri,

MINUTA DE CONTRATO N.º CPR/AQ/03/22/DCPAQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

Entre:

____ **Primeiro: MUNICÍPIO DE BRAGA**, NIPC 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4700-435 Braga, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, **Ricardo Bruno Antunes Machado Rio**, na qualidade de 1.º outorgante. ____

____ **Segundo: UNISELF – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.**, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o n.º 501323325/NIPC, sede na Rua Cidade de Lisboa, n.º 8 – Edifício Uniself, Parque Industrial do Arneiro, 2660-456 São Julião do Tojal, representada por _____ como 2.º outorgante, na qualidade representante legal, com poderes para o ato, conforme procuração/certidão permanente, que se arquivam.

O presente contrato rege-se pelas cláusulas seguintes: _____
____ 1.º _____

____ Este contrato tem por objeto a **aquisição de serviços - Aquisição de refeições escolares para o fornecimento das instalações do Município de Braga, de forma continuado, a que corresponde o lote 1 ao abrigo do Acordo Quadro de Refeições Escolares realizado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Cávado**, cuja adjudicação foi feita por despacho do Presidente da Câmara Municipal, de de junho de 2022, proferido aquando da aprovação da respetiva minuta, no uso de competência própria, de acordo com o disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, ripristinado pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11.04.2011 na sequência da **Consulta Prévia/Acordo-Quadro - CPR/AQ/03/22/DCP**, ao abrigo do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes, de acordo com o caderno de encargos, bem como nos termos da proposta adjudicada, que fazem parte integrante do presente contrato. _____

2.º

Este contrato tem, nos termos do artigo 290.º - A do CCP, como gestor do contrato o Joana Sampaio.

3.º

O contrato só poderá ter início após o visto pelo Tribunal de Contas mantendo-se em vigor até dia 30/06/2023 (ano letivo 2022/2023), ou até ser atingido, durante esse prazo, o preço contratual, no montante total de 1.498.989,92€, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato, e de acordo com o caderno de encargos.

4.º

Esta aquisição foi adjudicada pelo **preço contratual** de 1.498.989,92€, (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E NOVENTA E OITO MIL, NOVECIENTOS E OITENTA E NOVE EUROS E NOVENTA E DOIS CÊNTIMOS), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, sendo o preço a pagar de acordo com o do caderno de encargos.

5.º

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 03|211|020225|02 211 2017/13 Ac.1 do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com as informações de cabimento e de compromisso n.º 69260/85817 de 16/05/2022 e de 15/06/2022, respetivamente e, nos mesmos termos, será satisfeito o respetivo encargo para o ano seguinte, conforme verba indicada na referida informação de compromisso, encontrando-se a respetiva repartição de encargos e assunção de compromisso autorizadas de acordo com o artigo 23.º das Normas Regulamentares à Execução do Orçamento de 2022, aprovadas em reunião de Assembleia Municipal de 30 de dezembro de 2021.

6.º

Foi prestada pelo Segundo a favor do Primeiro, caução mediante Garantia Bancária/ Seguro Caução/ nº, pelo, até ao montante

DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

de € **74.949,50 euros** (setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e nove euros e cinquenta cêntimos), destinada a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo Segundo no âmbito do processo relativo à adjudicação nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 88.º e 91.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, republicado no Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações vigentes. _____

_____ **7.º** _____

_____ Para resolução de todos os litígios emergentes da execução do presente contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga. _____

_____ **8.º** _____

_____ O Primeiro Outorgante obriga-se a, durante a vigência do presente Contrato e após a sua cessação, manter confidencialidade sobre todos os dossiers, documentos, dados e informações obtidos em virtude da execução deste Contrato, e que se refiram ao Segundo Outorgante, nomeadamente sobre a sua organização, atividade ou negócio, e qualquer outro dado de natureza comercial e/ou técnica, não podendo, designadamente, extrair cópias, divulgá-los ou comunicá-los a terceiros. _____

_____ O dever de confidencialidade abrange a reprodução da informação em qualquer suporte informático, ou outro meio de registo de dados. _____

_____ **9.º** _____

_____ Em tudo o que não esteja integralmente transcrito no presente contrato considera-se parte integrante deste, as demais cláusulas do caderno de encargos, a proposta adjudicada, e demais informação conforme disposto no n.º 2 do art.º 96º do Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável. _____

____E para constar se lavrou o presente contrato, num único exemplar, que vai ser assinado por ambos os outorgantes por certificado de assinatura digital qualificada, nos termos do artigo 94º, nº1 do Código dos Contratos Públicos.____

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,
